

Mais respeito! A festa é do povo

Fernando Pamplona *

Há, hoje, muita coisa interferindo na realidade do carnaval carioca. A gente sente as influências que estão agindo na transformação do carnaval. São influências que, às vezes, independem da própria realidade específica do carnaval, mas agem sobre toda a sociedade. Houve uma evolução enorme na naturalidade que eu conheci — mesmo como pessoa estranha ao ambiente — no carnaval carioca. Por essa evolução passaram, não apenas as escolas de samba, mas todas as formas de expressão do carnaval: ranchos, blocos, grandes sociedades, etc.

Tradicionalmente, o carnaval sempre foi um fenômeno comunitário. Organizado localmente em cada bairro do Rio, contava com a participação e o trabalho voluntário dos moradores. Nessa época, os bairros do Rio eram distantes uns dos outros, separados por muito mato, e funcionavam como comunidades autônomas.

Com o crescimento da cidade, com a incorporação dos subúrbios à metrópole e com o interesse que a burguesia e o próprio poder passaram a ter em uma criatividade pura

e sem padrinhos — a criatividade popular —, a história do carnaval entrou numa segunda fase que assistiu à integração entre duas culturas: a cultura popular e a cultura burguesa erudita ou semi-erudita.

Houve um apelo da cultura popular a alguns indivíduos enraizados nela mas que tinham acesso à cultura erudita; ou seja, ao rádio, à imprensa e à televisão. Paulo da Portela foi buscar em Heitor dos Prazeres, que já tinha a porta aberta, um elemento que pudesse difundir o nome da Portela, já em termos muito mais amplos de divulgação e comunicação. Esse cruzamento entre duas culturas fez com que estetas e artistas de uma maneira geral passassem a se interessar mais pelo complexo de criatividade popular.

Veio uma outra fase, na qual eu me insiro. Eu não queria mais fazer pintura nem escultura, mas criar junto com o povo; pelo menos, sentir o que ele sentia. O desfile das escolas começou a ser criado como uma produção artística de duas culturas. Houve um cruzamento, um choque entre uma escultura natural e uma escultura “educada”. E esse casamento foi fruto de uma explosão maravilhosa, onde a alta burguesia passou a reconhecer aquilo que a polícia proibia, que o próprio Estado negara resguardar sua integridade...

* Fernando Pamplona é artista plástico, professor e ex-carnavalesco do Salgueiro.

Aconteceu no carnaval carioca algo muito semelhante ao que acontecia, anualmente, em Atenas, na Grécia Antiga, no dia da festa do deus Dionisos. Lá, o sacerdote de Dionisos entrava na cidade numa carroça e a mulher do Arconte-Rei subia na carroça e se casava ritualmente com o deus Dionisos. A partir daquele momento, Dionisos era aceito pela sociedade ateniense e, naquele dia, valia tudo. Era carnaval.

Os poderosos se submetem ao império de dionisos

E nessa fase da história do carnaval brasileiro, a que eu estava me referindo, de repente, nossa sociedade aceitou Dionisos, que, entre outras coisas, era o deus do prazer, e ele imperou. Mais do que isso, a grande cultura social submeteu-se à cultura advinda. E a mulher do rei foi trepar com Dionisos: as mulheres dos poderosos passaram a querer desfilar nas escolas de samba. O complexo é de uma identidade excepcional na comunhão das duas idéias.

Em certo momento da história das escolas de samba aconteceu uma intervenção indevida na manifestação popular espontânea. Ou através do processo econômico, ou através do processo financeiro, a escola que rendia mais dinheiro passou a ganhar o carnaval. E, no fundo, o desejo de cada uma dessas sociedades, mesmo da mais pobre e última, é ter um dia a taça de primeiro lugar. É a emulação natural

entre indivíduos ou entre grupos. “Eu vou ao primeiro, nem que tenha que gastar o último tostão”.

Então, inventou-se um muro nas escolas, inventou-se uma portaria, passaram a vender cerveja, passaram a alugar as mesas, passaram a cobrar entradas. E entramos no que nós chamamos fase da Escola de Samba S.A. (sociedade anônima). Passes são comprados, o profissionalismo entrou no processo, as grandes multinacionais entraram na vendagem e gravação do disco. Limitou-se a própria criatividade espontânea, marcou-se data para a produção do disco, marcou-se data para os eventos, data para as decisões.

Hoje, o ganhador de um sambareredo é um homem que tem dois ou três anos de sobrevivência garantidos ou, na pior das hipóteses, compra uma casa. Virou uma guerra interna. E a própria sobrevivência econômica desvirtuou a criatividade natural. Não é mais um processo de integração de duas culturas, mas a intervenção grotesca do poder. E quando eu falo poder, não é o poder oficial, o governo, mas o poder econômico, o poder social, o poder do prestígio.

Através das escolas, os bicheiros acharam que poderiam se ver livres, e ser aceitos no Jockey Clube, até para falar com o senhor prefeito. Um quarto poder entrou no processo. Os políticos viram que era um casal para a divulgação de seus ideais. Alguns partidos patrocinaram ostensivamente algumas escolas. Como a Beija-Flor, de Nilópolis, que hoje é patrocinada pelo governo federal porque a família

do presidente da escola, o senhor Abraão Davi, é ligada ao governo federal e ao Exército — que, apesar de não estar pretendendo ser governo, ainda o é. Para os enredos do carnaval, passaram a usar temas que divulgavam — como qualquer Departamento de Imprensa e Propaganda do tempo do Getúlio — as realizações do governo, como PIS, PASEP, Transamazônica etc. Trouxeram um grande carnavalesco, que é Joãozinho Trinta, para representar Nilópolis.

Um novo estilo de carnavalesco

Como a lei diz que nós não podemos mais eleger o nosso prefeito, o preposto do governador, assim como o presidente da República, o prefeito recomendado não tem possibilidade de dizer ou definir nada, mesmo nas decisões que seriam absolutamente municipais. E isso faz com que, para surpresa nossa, um político, um engenheiro, um homem que ficou ausente da evolução da vida popular que aconteceu no Brasil nos últimos anos entre em cena travestido de carnavalesco. É o caso do senhor Brizola. Não é tão grave: um governador não tem obrigação de ter um conhecimento cultural eclético e pode ignorar problemas que não lhe são afetos, problemas de estética e de cultura popular. Grave mesmo é um antropólogo, defensor das minorias, no Brasil, que é o vice-governador Darcy Ribeiro, intervir de uma maneira tão imprópria na vida que seria peculiar ao município do Rio

de Janeiro.

Inventou de construir uma Passarela do Samba, de concreto, por onde as escolas desfilam. É uma apoteose arquitetônica. No final tem uma praça com um museu no meio, onde ele imagina — sem nunca ter feito um carnaval — que, depois de as escolas desfilarem, elas poderiam circular em torno do monumento, para gozardio das autoridades e dele mesmo, possivelmente. Vem então travestido de Luís XIV, querendo fazer um espetáculo só pra ele, ferindo o princípio fundamental do cortejo que representam as escolas de samba.

Essa intromissão do vice-governador com o apoio do governador numa coisa que não lhe compete — definindo de maneira tão arbitrária e ignorando as próprias raízes que ele sempre defendeu quando lutou contra o poder — entristece-nos porque ele esquece o compromisso fundamental e repete, em proporções carnavalescas, a crise que estamos vivendo em proporções nacionais. Isto é, a falta de consulta à origem, a falta de consulta à vivência, a falta de consulta ao povo ou através de pesquisa de opinião popular, ou através do voto.

É o menosprezo fundamental ao que a comunidade quer e a imposição de sua opinião como se ele fosse tão ditador como os ditadores que ele combateu. De repente, o Darcy, que é um dos maiores expoentes de liberdade que nós, o povo, tivemos, ignora o regionalismo e o direito de cada comunidade decidir o que quer e como quer. E, mais do que isso, ignora um processo natural de criatividade popular. ★